

Notícias Sindicais, 17/07/14

Portal da CUT

CCJC da Câmara Federal aprova PL de 30 Horas para psicólogos

15/07/2014

Texto agora depende de sanção da presidenta Dilma

Escrito por: Federação Nacional dos Psicólogos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal, aprovou nesta terça-feira (15), em Brasília, o Projeto de Lei (PL) 3338/2008, que trata da redução da jornada de trabalho dos psicólogos para 30 horas. Lideranças da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), que acompanharam e articularam por anos a tramitação da matéria na Casa, agora cobrarão a sanção do texto pela presidenta Dilma Rousseff.

O PL foi aprovado de maneira unânime pelos deputados presentes após pronunciamentos em que os parlamentares e partidos reconheceram a importância dos profissionais da psicologia. A vice-presidente da Fenapsi, Shirlene Queiroz de Lima, agradeceu aos psicólogos e sindicatos de todo o Brasil que compartilharam os conteúdos da campanha e enviaram e-mails aos deputados pressionando pela aprovação. "Eu agradeço enquanto dirigente da Federação que acompanhou o processo desde a primeira comissão aqui na Câmara. Agradeço também ao deputado Eleuses Paiva (PSD-SP) que apoiou essa luta desde o início e mobilizou a bancada de seu partido hoje. Também ao relator na CCJC, Eduardo Sciarra, que articulou a entrada da matéria na pauta", disse, lembrando que agora a campanha será pela sanção e que é preciso uma grande mobilização para a aprovação da presidenta ([#AprovaDilma](#)).

Ela comemorou a vitória junto com a presidenta da Fenapsi, Fernanda Lou Sans Magano; e o tesoureiro, Enildo Calisxto Louback. Eles estão na Câmara Federal, em Brasília, desde a manhã desta terça-feira (15), mobilizando os deputados federais da CCJC para que assinassem o requerimento de extrapauta necessário para que o PL 3338/2008 fosse colocado em votação.

Condições de trabalho

A redução da jornada para 30 horas semanais é compreendida pela maioria da categoria como questão central no que se refere às condições de trabalho. Como profissão calcada em uma ciência, é indispensável para as trabalhadoras estarem em processo constante de aprimoramento, adquirindo novos conhecimentos. Isso significa que, para além da jornada formal, a psicóloga, via de regra, investe muito tempo na própria formação.

Em função do grande tempo ocupado direta e indiretamente com o trabalho, sobra pouco para o convívio familiar, o estudo, o lazer, o descanso e a luta coletiva. Por isso, a redução da jornada de trabalho é vista como demanda imediata, que possibilitará à psicóloga trabalhar menos e viver melhor. Isso certamente terá impacto positivo na qualidade do atendimento prestado.

Benefício inicial para 60 mil psicólogos

Proposto em 2008, o Projeto de Lei (PL) 3338, agora segue para a sanção presidencial. A medida, caso sancionada pela presidenta, vale para todas/os psicólogas/os do Brasil e, segundo estatísticas, inicialmente pelo menos 40 mil psicólogos e psicólogas que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e outros 20 mil que trabalham diretamente na área de assistência social, serão beneficiados de acordo com levantamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), entidades sindicais e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

Portal da CUT

Comissão de Regulamentação Constitucional cancela reunião desta terça (15)

16/07/2014

Na oportunidade, seriam examinados projetos sobre a regulamentação do emprego doméstico e punição ao trabalho escravo; não há uma nova data para análise

Escrito por: Agência Senado

Foi cancelada a reunião em que seriam examinadas, nesta terça-feira (15), emendas aos projetos que regulamentam direitos de empregados domésticos (PLS 224/2013) e a expropriação de imóveis rurais e urbanos em que haja trabalho escravo (PLS 432/2013). A Comissão de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional não informou nova data para a análise.

O primeiro projeto regulamenta a Emenda Constitucional 72, promulgada em abril de 2013 para ampliar os direitos dos trabalhadores domésticos, pois ainda não há regras para algumas garantias, como controle da jornada de trabalho e pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O segundo contém as regras para o processo de expropriação previsto na Emenda Constitucional 81. A principal polêmica, nesse caso, é a caracterização de trabalho escravo, mais ou menos abrangente.

Os dois projetos são relatados na comissão pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Portal da CUT

TST afasta incidência de imposto de renda sobre férias não pagas durante o contrato de trabalho

16/07/2014

Decisão foi unanimidade entre os ministros do Tribunal

Escrito por: TST

Por terem natureza indenizatória, as verbas referentes a férias que não forem pagas durante o contrato de trabalho não constituem a base de cálculo do imposto de renda, uma vez que não representam acréscimo patrimonial. Este foi o entendimento da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ao julgar recurso de uma economista da Procter & Gamble do Brasil. A empresa terá, agora, de restituir os valores indevidamente descontados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), ao examinar o caso, considerou que a empresa agiu de maneira correta ao obedecer à Instrução Normativa 15/2001 da Receita Federal, que estabelece, em seu artigo 11, que as férias indenizadas integram a base de cálculo do imposto de renda. Para o Regional, eventual discussão sobre o cabimento ou não da instrução normativa em face das normas legais e constitucionais sobre a matéria deve se dar "por meio de ação própria proposta junto ao juízo competente".

Em recurso de revista ao TST, no entanto, a economista defendeu que a Justiça do Trabalho seria competente para dirimir a controvérsia, uma vez que esta decorre da relação de trabalho. Argumentou ainda que a parcela em debate tem por objetivo reparar o direito ao gozo das férias não concedidas ao trabalhador, e, portanto, possui natureza indenizatória, enquanto o imposto de renda deve ser calculado apenas sobre renda ou proventos que gerem acréscimo patrimonial.

A relatora do processo no TST, ministra Dora Maria da Costa, observou que o Código Tributário Nacional estabelece, em seu artigo 43, que "o imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica". Dessa forma, como as verbas indenizatórias têm por finalidade a reconstituição, e não acréscimo, do patrimônio do trabalhador, não haveria de ser contabilizada na base de cálculo do imposto de renda. A decisão foi unânime.

Portal da CUT

Servidores da UnB realizam paralisação no dia 24 pela jornada de 30 horas

16/07/2014

Com a pressão dos trabalhadores, Universidade agenda a reabertura das negociações para esta quarta (16)

Escrito por: CUT-DF

Reunidos em assembleia na quinta-feira (10), os servidores técnico-administrativos da UnB decidiram paralisar os trabalhos no dia 24 de julho como forma de pressionar o reitor da Universidade, Ivan Camargo, a implementar a jornada de trabalho flexibilizada nos setores de trabalho. No mesmo dia da paralisação, os servidores realizarão nova assembleia.

Após a reunião deliberativa desta quinta-feira, os servidores subiram as rampas do prédio da reitoria e cobraram resposta do documento encaminhado pelo Sintfub, sindicato que representa a categoria, ao gestor máximo da UnB há mais de uma semana. O documento cobra a retomada do processo de implementação da jornada de trabalho de 6 horas diárias. Com a pressão dos trabalhadores, dois integrantes da Comissão de Negociação da UnB receberam a categoria e agendaram para o dia 16 de julho, às 16h, a reabertura do processo de negociação sobre a pauta de reivindicação dos trabalhadores.

Decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ impôs que a administração pública retomasse o diálogo sobre a pauta de reivindicação dos servidores técnico-administrativos das universidades públicas federais. A liminar, expedida pelo ministro Napoleão Nunes Filho, ainda proíbe que "sejam efetuados quaisquer descontos nas folhas de pagamento dos servidores públicos referentes aos dias computados como de greve, bem como que sejam anotados os respectivos dias como faltas injustificadas". O não cumprimento destes dois pontos, determina o documento, resultará na cassação da liminar que reconheceu como abusiva a greve dos servidores técnico-administrativos, liberando as entidades classistas para restabelecerem a greve nos setores de trabalho.

Os técnico-administrativos das universidades federais, inclusive da UnB, realizaram quase cem dias de greve, de março a junho deste ano. Eles só voltaram às atividades devido à determinação judicial sob pena de multa diária de R\$ 200 mil por descumprimento da decisão.

[Golpe na UnB](#)

Apesar de a jornada de trabalho de 6 horas diárias ser uma das promessas de campanha do reitor da UnB, ele faz vista grossa à autonomia universitária e afirma que a flexibilização da jornada de trabalho depende da vontade dos órgãos de controle externos da UnB. A avaliação é do coordenador geral do Sintfub, sindicato que representa os técnico-administrativos da UnB, Mauro Mendes.

Ao invés de implementar a jornada de trabalho de 6 horas corridas, a administração superior da UnB vem adotando a tática de flexibilizar a jornada de trabalho de 40 horas semanais, o que, na prática, resulta na redução de uma hora do tempo de almoço dos servidores técnico-administrativos. A mudança já foi feita em alguns setores do campus Darcy Ribeiro e nos campi da UnB.

A produtora cultural Marlene Bomfim, que atua no Departamento de Extensão - DEX da UnB, conta que faz a jornada de trabalho de 40 horas flexibilizada. "Não se trata de individualismo, mas de necessidade", explica. Segundo a servidora, que está há 31 anos na UnB, este tipo de jornada continua impedindo os servidores de se dedicarem a atividades externas, como capacitação. "Durmo de 4 a 5 horas por noite para poder estudar. Depois que o DEX perdeu as 6 horas diárias, minha qualidade de vida caiu, minha saúde piorou, minha produção nos estudos teve prejuízo e a própria produção de trabalho do setor teve piora", afirma.

A servidora Eliana dos Santos, também do DEX, preside a Comissão Interna de flexibilização da jornada de trabalho e diz que todos os processos sobre a manutenção da jornada de 6 horas diárias foram negados, com recomendação do Decanato de Gestão de Pessoas da UnB para adoção da flexibilização das 40 horas semanais. "Estamos desenvolvendo nossa argumentação e fazendo críticas a essa recomendação. Queremos que a lei seja cumprida, e isso que dizer jornada de trabalho de 6 horas contínuas", reivindica.

O coordenador geral do Sintfub, Mauro Mendes, lembra que a luta do Sindicato e da categoria é pela manutenção da jornada para 6 horas diárias, em turno contínuo. Ele lembra que a reivindicação é respaldada por lei. "O que falta é apenas vontade política do reitor para implementar a jornada de 6 horas, já que depende apenas do reitor determinar a mudança do horário de trabalho dos servidores. Não vamos abrir mão do que é nosso e, muito menos, permitiremos golpe!", diz o sindicalista.

Portal da CTB

CTB integra Chapa 1 em eleição do Sindicato dos Professores Municipais de SP

Na próxima sexta-feira (18), acontece o processo eleitoral para a nova diretoria do Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal de SP (Sinpeem), para o triênio 2014/2017.

Concorrem ao pleito seis chapas, ligadas à diversas correntes políticas. A CTB integra a Chapa 1 e defende entre outras propostas a isonomia entre trabalhadores ativos e aposentados.

"Como acontece historicamente, defendemos todas as bandeiras que têm nos unido: isonomia entre ativos e aposentados; manutenção a carreira; política de saúde ao trabalhador; escola pública gratuita e laica para todos; dentre outras bandeiras", destaca a professora e dirigente da CTB, Teresinha Chiappin, a Teca.

Compõem ainda a chapa os cetebistas Lillian Maria Pacheco, João Donazzeti e Ricardo Moraes. "Estamos juntos com a corrente mais avançada, que foi capaz de levar à vitória todas as campanhas salariais inclusive a deste ano", afirma Teca.

Portal CTB

Portal Mundo Sindical

Procurador do MS pede que IBGE pare com demissões

O Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul (MPT-MS) enviou um ofício ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pedindo que o órgão interrompa imediatamente qualquer processo de demissão que seja contrário ao direito constitucional de greve. O despacho, assinado pelo procurador do Trabalho Cícero Rufino Pereira, é uma resposta a uma denúncia do sindicato dos servidores do instituto, o ASSIBGE-SN.

O núcleo regional do sindicato alega que os chefes de unidade no MS estariam coagindo funcionários temporários em greve a comparecerem ao trabalho, sob ameaça de demissão ou rescisão de contrato. O ASSIBGE-SN calcula que o IBGE já dispensou cerca de 200 trabalhadores temporários em todo o País por terem aderido à greve de funcionários.

O MPT-MS informa que o ofício, enviado na segunda-feira, 14, à direção do órgão, pede que o IBGE se manifeste sobre as acusações num prazo de cinco dias, caso contrário pode ajuizar uma ação contra o instituto.

Em nota, o IBGE comunica que a direção do órgão tem cinco dias para responder à questão, que já está sendo tratada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). "O IBGE não tomará nenhuma

medida antes da decisão judicial final", respondeu. O STJ só retorna do recesso do Judiciário em agosto.

A greve no IBGE teve início no fim de maio e já impediu a divulgação da taxa de desemprego para as seis principais regiões metropolitanas do País, apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego.

Houve atraso na coleta de dados sobre o mercado de trabalho referentes a maio nas regiões metropolitanas de Salvador e Porto Alegre. O trabalho de junho também estava atrasado, assim como a coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) em algumas regiões.

Os servidores grevistas pedem recomposição do orçamento do IBGE e melhoria dos salários, entre outras reivindicações, como a realização de concurso público para substituição dos funcionários temporários.

"Os trabalhadores do IBGE estão em greve há 50 dias. Trata-se de uma greve em defesa da instituição, que se encontra numa crise institucional e numa escalada de precarização do trabalho. Até aqui, em que pesem as insistentes tentativas de diálogo por parte do sindicato, não se conseguiu uma negociação efetiva com o governo e a direção do órgão", declarou o sindicato nacional.

O IBGE não revela a quantidade de contratos rescindidos e assegura que não houve demissões, mas confirma a dispensa de temporários. A direção defende que a não renovação do contrato estaria previsto no tipo de vínculo acertado com esses empregados temporários. Segundo o IBGE, os contratos têm duração de apenas três meses, podendo ser renovados a cada trimestre, por um período máximo de três anos. Antes de cada renovação, o funcionário passa por uma avaliação, que mede o seu desempenho de acordo com critérios como produtividade e assiduidade.

"O número de contratos temporários não renovados, com baixa assiduidade e, consequentemente, com baixa produção, ainda está sendo analisado pelo IBGE, já que depende dos períodos dos contratos", informou o órgão ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado.

O ASSIBGE-SN marcou para a próxima quinta-feira um ato público pela reversão da dispensa dos temporários e abertura imediata de negociações com o governo, em frente à sede do IBGE, no centro do Rio. Mas a greve de servidores no órgão perde força, segundo o instituto. De acordo com o sistema eletrônico de controle de frequência dos empregados, cerca de 10% dos funcionários não compareceram ao local de trabalho em todo o País na semana passada, contra uma adesão de 15% na semana anterior.

Na quarta-feira da semana passada, servidores da Unidade Chile/RJ do IBGE, onde funciona a Diretoria de Pesquisas, no centro do Rio, votaram pelo fim da paralisação. Os servidores já voltaram ao trabalho. A unidade concentra as coordenações responsáveis pelos principais indicadores econômicos do País, como o Produto Interno Bruto (PIB), inflação oficial (IPCA), taxa de desemprego, produção da indústria, safra agrícola e vendas do varejo.

Fonte: Daniela Amorim/Agência Estado - 16/07/2014

Portal Mundo Sindical

Professores da rede municipal do Recife decretam greve

Os professores da rede de ensino do Recife decretaram greve em assembleia realizada na manhã desta terça-feira (15), no Teatro da Boa Vista, região central da capital pernambucana. O Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife (Simpere) já havia aprovado o indicativo de greve na última quarta (9). Segundo a diretora da entidade, Simone Fontana, cerca de 2 mil pessoas participaram da assembleia. Com a paralisação, cerca de 90 mil estudantes devem ficar sem aula. O quadro da Secretaria de Educação do Recife conta com 6 mil docentes e 323 unidades escolares.

Simone Fontana explicou que a categoria pede a implementação da revisão feita pelo sindicato no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), além de implementação imediata da aula-atividade, que destina uma parte da carga horária mensal dos professores para planejamento de aulas.

A diretora explica ainda que, entre as reivindicações, estão ainda o cumprimento da lei do piso, o aumento na titulação dos professores, o descongelamento das gratificações e a aposentadoria especial para professores que não estão em regência.

Em nota, a Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife informou que "não entende a deflagração da greve dos professores, já que todos os acordos firmados foram cumpridos" e, além disso, "sempre esteve aberta ao diálogo com o Simpere e continua à disposição".

A nota informa ainda que a aula-atividade pedida pelos professores já foi "100% implementada em junho de 2014, quando todos os docentes da Rede Pública de Ensino do Recife tiveram 1/3 da carga horária mensal reservada a atividades fora de sala de aula, como

planejamento e formação continuada, conforme determina a Lei 11.738 (Lei do Piso). Em agosto de 2013, o direito já havia sido garantido aos docentes do 6º a 9º ano (professores II). Já os professores de educação infantil e do 1º ao 5º ano (professores I) receberam o abono provisório de janeiro a maio deste ano, enquanto a aula-atividade ainda não tinha sido completamente implementada."

Após a assembleia, professores saíram em passeata pelas ruas do centro da capital pernambucana. De acordo com o monitoramento da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU), o grupo de cerca de 150 pessoas seguiu pela Avenida Conde da Boa Vista, sentido Bairro do Recife. O tráfego ficou congestionado e a CTTU orientou motoristas a procurar rotas que evitem a Conde da Boa Vista. A Polícia Militar também acompanhou a manifestação.

Paralisação

Na manhã desta terça-feira (15), as escolas municipais da capital já não tinham aulas. O G1 passou por seis unidades de ensino nos bairros da Ilha do Leite, Derby, Boa Vista e Santo Amaro, todos sem aulas nesta terça.

Na Escola Municipal General Emídio Dantas Barreto, em Santo Amaro, a comunidade escolar foi avisada com antecedência da paralisação, afirma a diretora Maria Sandra Marques. "Os professores avisaram ontem aos alunos, temos muitas crianças que vem de outros bairros. É preciso avisar antes porque é distante para as crianças. A gente espera que os professores venham à tarde para explicar aos alunos a situação", afirma a diretora.

A dona de casa Valdilene Costa tem dois netos na escola, um de dez e outra de oito anos, e fica preocupada com a greve. "Entendemos que eles lutam pelo que é melhor para eles e pelos meninos, mas quando tem aula sábado, as crianças não entendem, é muito difícil para a gente também", aponta.

Confira abaixo a íntegra da nota da Secretaria de Educação:

"A Secretaria de Educação do Recife reforça que não entende a deflagração da greve dos professores já que todos os acordos firmados com o Simpere foram cumpridos. A Prefeitura do Recife reitera que sempre esteve aberta ao diálogo com o Simpere e continua à disposição. Seguem alguns esclarecimentos sobre as principais pautas de reivindicação do sindicato:

1) Aula atividade: Esclarecemos que a aula atividade foi 100% implementada em junho de 2014, quando todos os docentes da Rede Pública de Ensino do Recife tiveram 1/3 da carga horária mensal reservada a atividades fora de sala de aula, como planejamento e formação continuada, conforme determina a Lei 11.738 (Lei do Piso). Em agosto de 2013, o direito já havia sido garantido aos docentes do 6º a 9º ano (professores II). Já os professores de educação infantil e do 1º ao 5º ano (professores I) receberam o abono provisório de janeiro a maio deste ano, enquanto a aula atividade ainda não tinha sido completamente implementada.

Ocorre que vários docentes procuraram diretamente a Secretaria de Educação solicitando a manutenção do abono. Diante das inúmeras solicitações, a partir de julho, a Secretaria resolveu dar aos professores o direito de escolher a opção que melhor lhes convém: continuar recebendo o abono ou reduzir a carga horária com os estudantes em 1/3. Esta decisão de consultar os docentes já havia sido comunicada ao Simpere na mesa setorial de negociação. É importante frisar que dessa forma a Prefeitura do Recife não está descumprindo o acordado com a categoria e nem tampouco a lei, visto que o parecer nº 18/2012 do Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, diz que a aula atividade pode ser implementada paulatinamente. Portanto, o abono especial não é uma imposição, mas sim uma opção de escolha dada aos docentes.

2) PCCR: Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), a Prefeitura do Recife propôs ao Simpere, em reunião realizada no dia 10 de junho, a ampliação do diálogo com a criação de uma comissão para debate do assunto.

3) Piso - A Prefeitura do Recife pagou, nos anos de 2013 e 2014, o percentual de aumento estabelecido pelo MEC a todos os professores da Rede Municipal de Ensino. Os percentuais foram respectivamente 7,97% e 8,32%.

4) Saúde Recife - As equipes da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas e da Reciprev estão em fase de conclusão dos estudos e propostas para reabertura das adesões. Deixamos claro que a decisão pela suspensão das novas adesões ocorreu em fevereiro de 2009, portanto, anterior a essa Gestão.

5) Vale Transporte - Esse direito é garantido ao servidor público municipal por meio do bilhete eletrônico, e não em dinheiro."

Fonte: G1 - 16/07/2014

Objetivo é elaborar formas de pressionar o bloco a construir realmente um novo modelo de desenvolvimento

Escrito por: Isaías Dalle, de Fortaleza

Há muitas dúvidas sobre se tem sido, ou ainda será, verdadeiramente bom para as populações de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul o bloco comercial e político intitulado BRICS (acrônimo formado pela inicial das cinco nações). O que dizer, então, do papel que será desempenhado pelo banco cuja criação foi anunciada com certa pompa pelos chefes de Estado que passaram por Fortaleza nesta terça, dia 15, para a sexta reunião de cúpula dos BRICS?

Sobre esses temas estiveram debatendo também nesta terça, na mesma capital cearense, representantes de movimentos sociais dos cinco países, reunidos no encontro "Debate e Mobilização Social Frente aos BRICS". Uma espécie de Fórum Social Mundial em miniatura, promovido pela Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e pela FES (Fundação Friedrich Ebert), o encontro, que segue até esta quarta, 16, pretende dar início a um trabalho conjunto das forças populares dos cinco países para pressionar o bloco a tomar decisões inclusivas do ponto de vista econômico e democrático e para tentar impedir que se torne, no futuro, uma réplica de outros instrumentos multilaterais de comércio e fomento financeiro.

Porque, a depender dos debates desta terça, restam pouquíssimas dúvidas – uma ou outra, talvez retóricas – de que se os movimentos sociais não se mobilizarem e não construírem propostas objetivas para interferir nas decisões, a lógica empresarial e financeira, já instalada oficialmente na estrutura institucional do bloco, vai nadar de braçada.

Debates simultâneos

Do mesmo modo, nos debates que a CUT conseguiu acompanhar nesta terça – são muitos, simultâneos e com diversas entidades –, ninguém nega que a criação do banco e o fortalecimento dos BRICS possa ser uma oportunidade que, se bem aproveitada, servirá de contraponto ao modelo hegemônico estadunidense e europeu.

Parecido com o diagnóstico divulgado também nesta terça pela plenária do BRICS Sindical, realizada na mesma cidade, como evento paralelo ao encontro dos chefes de Estado.

Pela diversidade de bandeiras e em muitos casos, pela falta de convivência anterior, talvez a tarefa dos movimentos sociais desses países seja mais incipiente que os desafios que o movimento sindical, já reunido há mais tempo em outras instâncias, lançou para si.

Mais cooperação que comércio

O problema é que as diferenças econômicas e sociais dos países do bloco e as agendas políticas de cada um representam uma incógnita sobre o funcionamento do futuro banco e do aprofundamento do bloco, como alertou a professora Mônica Hirst, da Universidade de Quilmes, Argentina. "Por enquanto, os BRICS não deixaram claro, não demarcaram que o banco será dedicado à cooperação Sul-Sul", disse. Para ela, isso seria uma sinalização política importante de que a prioridade não será a reprodução de empreendimentos predatórios. Cooperação, esclarece, compreendida como algo além de comércio, como projetos de reconstrução e soberania com inclusão social.

"Sou muito cético de que a África do Sul possa desempenhar um papel que ajude a criar outro modelo de desenvolvimento, sustentável e com trabalho decente", disse, por exemplo, o representante da AIDC (Alternative Information and Development Centre) Brian Ashley, sul-africano.

"Temos uma economia quase toda baseada na atividade extrativista, colhendo minérios do chão sem sequer ter a preocupação de promover melhorias no entorno das minas. Temos 40% de desemprego, reproduzimos um modelo inspirado no apartheid que pune os negros e uma grande parte dos sindicatos em posição colaboracionista com o governo", diagnosticou.

Brian teve tempo para uma interpretação esperançosa: "Devemos olhar para o passado e ver as grandes mobilizações internacionais, como contra o apartheid e contra a Guerra do Vietnã, ou mais recentemente, os movimentos contra a especulação desenfreada, e construir algo parecido". E deu uma dica: "Podemos começar por temas que já conhecemos. As atividades da brasileira Vale em Moçambique, por exemplo, removendo pessoas de suas terras e explorando a mão de obra e destruindo o meio ambiente, poderiam servir de ponto de partida para nossas ações conjuntas".

Os dois concordam que, para uma ação conjunta nessa direção, será preciso com rapidez um trabalho de pesquisa para que os movimentos sociais se conheçam, compreendam as realidades um dos outros e construam propostas factíveis que as unam.

Questionar a hegemonia do Norte

Integrante da Fundação Perseu Abramo, o ex-dirigente cutista Kjeld Jacobsen, ao lembrar as origens da Rebrip, apontou em sentido positivo. "A Rebrip nasceu quando começamos a construir uma articulação entre diferentes movimentos para derrotar a proposta da Alca", lembra, em

referência à área de livre comércio proposta pelos EUA e rejeitada pela mobilização popular – incluindo um plebiscito com 10 milhões de votos.

Questionado pela plateia se valeria a pena os movimentos sociais pleitearem espaço para participar das discussões dos BRICS, Kjeld disse “que é importante pressionar e participar. Participar não significa aprovar todas as decisões, mas disputar e criticar o que está errado”. Sobre as disparidades entre as agendas políticas dos países do bloco, exemplificou: “Eu não gosto do Putin, que é autoritário e neoliberal. Mas não podemos negar que a posição da Rússia na questão recente da Síria foi importantíssima para impedir outra ação desastrosa dos Estados Unidos. Então, acho que esses organismos podem sim ser úteis para pelo menos questionar a hegemonia do Norte”.

Prática: como fazer

A secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, lançou mão de um exemplo de como entidades com concepções diferentes podem construir propostas comuns e com resultados práticos no âmbito internacional. Citou a REAF (Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar). A REAF antecede as reuniões de cúpula do Mercosul. Nela, entidades como Contag e Fetraf e integrantes da Via Campesina debatem uma agenda de propostas para orientar as ações do bloco nas questões do acesso à terra e da produção agrícola familiar.

“É preciso criar consensos que gerem propostas claras. Não se pode querer participar de um debate internacional levando cada um sua demanda particular. Para chegar a isso, é preciso criar uma agenda de encontros, eleger para esses debates representantes da sua base social e dar continuidade ao processo, o que exige a formação de novas lideranças”, explicou. “É preciso cobrar dos governos acesso às informações do setor, sem o quê fica difícil trabalhar”. Um dos resultados práticos que a REAF já produziu nos países do Mercosul foi a adoção de regra que concede titularidade da terra oriunda de reforma agrária prioritariamente à mulher, segundo Rosane.

Casos como o da REAF, ao sintetizarem e traduzirem para o inteligível demandas complexas, pode ir ao encontro do que defendeu Michelle Pressend, da AIDC sul-africana: “Precisamos desmistificar as discussões e contar de maneira simples para as pessoas de que forma os blocos comerciais interferem na vida delas”.

Organizado por Ernesto Germano